
CONSTITUINTE – BRASIL

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte.* Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo, OESP-MALTESE, 1987.

Embora sem exageros, penso que não é demais reconhecer que as Ciências Sociais, no Brasil, vêm progressivamente acelerando o seu desenvolvimento nas últimas décadas. Há pelo menos dois sinais dessa vitalidade:

- 1º) o grande número de teses acadêmicas, de boa qualidade, que, anualmente, são defendidas nos principais centros de pós-graduação da área no País;
- 2º) o enorme volume e o caráter grandemente inovador dos trabalhos que, com persistente continuidade, vêm sendo produzidos pelos principais centros autônomos de pesquisa.

É evidente que tudo isto indica uma tendência positiva. No entanto, não há por que deixar de reconhecer, também, que todo esse desenvolvimento ainda não permitiu, por exemplo, que, tal como ocorre nos principais centros de pesquisa dos Estados Unidos e da Europa, as Ciências Sociais, entre nós, ajudem claramente a sociedade a acompanhar os impactos sociais, políticos e culturais dos grandes aconte-

jornal da tarde

**QUEM
É
QUEM
NA
CONSTITUINTE**

Uma Análise Socio-Política dos
Partidos e Deputados

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES

OESP-MALTESE

tecimentos com um conhecimento crítico e *imediate*. Eu grifo o imediato porque, afinal, como se sabe, a velha pretensão humanista de que podemos criar, deliberadamente, o futuro da humanidade depende, em grande parte, da capacidade de autoconhecimento que a sociedade tenha de si mesma. E quanto mais ágil for esse conhecimento, maior a possibilidade de uma ação transformadora eficaz.

Penso que considerações dessa natureza (ainda que rápidas e pouco desenvolvidas aqui) colocam em pauta a possibilidade e a necessidade do que, talvez, se pudesse chamar a *pesquisa social e política de impacto*, ou seja, a

pesquisa científica capaz de revelar, imediatamente (ou tão agilmente quanto possível) as principais tendências dos fenômenos cuja ocorrência está em curso e cujo impacto sobre a sociedade e o comportamento humano é mais do que visível.

Pois bem, tudo isso para sugerir que o grande mérito do mais recente livro do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues é justamente o de poder propiciar ao grande público um retrato falado, imediato, quase sem retoques, embora certamente preciso e detalhado, feito com todo o rigor que pesquisas desse tipo exigem, dos protagonistas desse grande teatro a que estamos assistindo e que tanto impacto terá sobre o presente e o futuro da sociedade brasileira: a Assembléia Nacional Constituinte.

Associando competentemente o seu imenso e reconhecido talento como cientista social à agilidade e à eficácia com que, às vezes, as empresas privadas tratam a pesquisa de opinião, Leôncio conseguiu produzir **not a bene**, em pouco mais de seis meses, um excelente diagnóstico da composição da atual Assembléia Constituinte: pesquisando nada menos que 93% dos deputados constituintes, mostrou quem são eles, como se definem ideológica e politicamente, qual é a sua origem social e o seu **background** cultural e quais são as suas principais preferências no tocante aos grandes problemas nacionais:

- a orientação da economia;
- a reforma agrária;

- o papel do capital estrangeiro no País.

O resultado desse levantamento está lá no livro **Quem é quem na Constituinte**, realizado e publicado sob os auspícios do **Jornal da Tarde**.

Há, certamente, muita coisa para se discutir nesse livro bastante interessante (inclusive os efeitos da metodologia utilizada). No entanto, em face da costumeira limitação de espaço, detenho-me em dois aspectos que me parecem cruciais para quem quer que se interesse por compreender o futuro que nos aguarda após a conclusão dos trabalhos da Constituinte:

- 1º) a definição político-ideológica que se atribuem os próprios deputados constituintes;
 - 2º) as previsões que, a partir do quadro construído, o autor apresenta sobre o nosso futuro sistema partidário.
- 1º) Segundo a pesquisa, a Constituinte é formada por 52% de deputados que se definem como sendo de *“centro-esquerda ou de esquerda moderada”*. Essa revelação surpreendente se atenua, no entanto, quando constatamos que ser de *centro-esquerda* significa ser moderadamente reformista, no que diz respeito à reforma agrária; ser moderadamente estatista, no que toca à definição do sistema econômico e admitir, sem maiores dificuldades, a presença do capital

estrangeiro no País (ainda que advogando algum controle nacional sobre ele). Leôncio descarta a hipótese, mais ou menos óbvia, de que os deputados teriam feito essa autodefinição em função de razões, digamos, mercadológicas; isto é, de natureza eleitoral. E conclui que isso se deve, antes, a uma espécie de hegemonia intelectual e ideológica da esquerda que, assim, teria levado os deputados a se definirem como o fizeram.

Pois bem, aqui eu vejo um problema que, no entanto, por razões já indicadas, terá de ser discutido em outra ocasião: como é possível falar de hegemonia de esquerda num país tão conservador que, por exemplo, se não impediu completamente, limitou imensamente a capacidade dos constituintes de discutirem mais amplamente as implicações, de um lado, do sistema de governo a ser adotado pelo País (presidencialismo ou parlamentarismo) e, de outro, do lugar institucional das Forças Armadas? Afinal, as ameaças, abertas ou veladas, feitas, mais de uma vez, pelos chefes militares inibiram visivelmente a qualidade desse debate. Por isso, vejo aqui um possível viés que, dada a sua importância, pode reduzir o alcance dos resultados obtidos pela pesquisa.

29) Já quanto à conclusão a que chega Leôncio sobre o futuro do sistema partidário brasileiro, o livro parece-me mais instigante. A manterem-se as condições atuais, entre as quais se inclui a preferência majoi-

ritária do eleitorado brasileiro pelo PMDB (no interior do qual o autor identifica um fundo ideológico comum capaz de agregar e identificar as principais tendências do partido), o Brasil caminhará para um *sistema de partido predominante* (PMDB) ou um *sistema bipartidário* (PMDB e PFL). Por outras palavras, Leôncio vê poucas possibilidades de se desenvolver, no Brasil, um sistema partidário pluralista, onde os partidos de um amplo arco ideológico tenham mais força política. Em última análise, isso significa diagnosticar a fragilidade crônica dos partidos de esquerda e a inexistência de uma direita politicamente organizada no Brasil.

Uma última observação deveria suscitar amplo debate no País: qualquer que seja o caminho, essas duas alternativas implicam o fim da Aliança Democrática que, em juízo do autor, foi uma aliança ocasional e não-costumeira. Leôncio explica isso de forma muito interessante mas, em qualquer caso, é difícil aceitar a conclusão de que a mais poderosa aliança de classes que já se fez na história do País se desfça, sob o impacto do crescimento de um ou dos dois partidos que a compõem, quando a tendência recente tem sido no sentido de um reforço do patrimonialismo e do clientelismo, com visíveis vantagens para ambos os partidos.

José Álvaro Moisés

Professor-assistente-doutor em Ciência Política na USP. Presidente do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).